4 - PRODUTOS SEM RECOLHIMENTO DO ICMS				
Solicitamos o desembaraço das mercadorias ou bens abaixo descritos, sem a comprovação do recolhimento do ICMS. Estamos cientes de que o tratamento tributário está sujeito à reexame e confirmação, inclusive, nos casos em que a legislação exigir a instauração de processo regular, à vista de requerimento do importador (continuar no verso).				
4.1 - ADIÇÃO Nº	4.2 - CLASSE TARIFÁRIA	4.3 - TRAT. TRIBUT.*	4.4 - FUNDAMENTO LEGAL (Lei, Lei Complementar, Convênio, Decreto, Processo, Ato Concessório, etc.)	4.5 - VALOR (VMCV) R\$
* TRATAMENTO TRIBUTÁRIO = preencher com: 1- drawback; 2- regime especial, 3- diferimento, 4- isenção, 5- não-incidência, 6- outros (especificar no campo Fundamento Legal)				
4.6 - DATA	4.7 - REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR (Nome, CPF, Endereço, CEP, Telefone e Assinatura)			7 - OBSERVAÇÕES DO FISCO
ASSINATURA				
5 - VISTO PRÉVIO DO FISCO DA U.F. DO IMPORTADOR DEFERIDA A SOLICITAÇÃO - DATA E CARIMBO			6 - VISTO DO FISCO DA U.F. ONDE OCORRER O DESEMBARAÇO DEFERIDA A SOLICITAÇÃO - DATA E CARIMBO	

4 - PRODUTOS SEM RECOLHIMENTO DO ICMS				
Solicitamos o desembaraço das mercadorias ou bens abaixo descritos, sem a comprovação do recolhimento do ICMS. Estamos cientes de que o tratamento tributário está sujeito à reexame e confirmação, inclusive, nos casos em que a legislação exigir a instauração de processo regular, à vista de requerimento do importador (continuação).				
4.1 - ADIÇÃO Nº	4.2 - CLASSE TARIFÁRIA	4.3 - TRAT. TRIBUT.*	4.4 - FUNDAMENTO LEGAL (Lei, Lei Complementar, Convênio, Decreto, Processo, Ato Concessório, etc.)	4.5 - VALOR (VMCV) R\$
* TRATAMENTO TRIBUTÁRIO = preencher com: 1- drawback; 2- regime especial, 3- diferimento, 4- isenção, 5- não-incidência, 6- outros (especificar no campo Fundamento Legal)				

Art. 3º Ficam renomeadas as atuais Subseção I - Da Segurança Fazendária e do Credenciamento de Terceiros, Subseção II - Da Autorização para Confecção e Uso de Documentos Fiscais, da Seção III - Da Autorização para Confecção e Uso de Documentos Fiscais, do Capítulo III - DOS DOCUMENTOS FISCAIS, do TÍTULO III - DOS LIVROS E DOS DOCUMENTOS FISCAIS, do LIVRO II - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, e o segundo § 7º do art. 393-A; para Subseção I - Da Autorização para Confecção, da Segurança Fazendária e do Credenciamento de Terceiros e Subseção II - Do Uso de Documentos Fiscais e § 7º-A, todos do Decreto nº 13.500, de 2008.

Art. 4º Ficam revogados o § 6º do art. 248, os arts. 322 a 330, o § 2º do art. 371, renumerando seu atual §1º para parágrafo único, o subitem 56.4 do item 56 do Anexo V, o Anexo VI, todos do Decreto nº 13.500, 23 de dezembro de 2008 e o Decreto nº 13.272, de 23 de setembro de 2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 14 de março de 2009.

GOVERNADOR DO ESTADO
 SECRETÁRIO DE GOVERNO
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

OF. 308

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DAS CIDADES DECRETOS DE 10 DE MARÇO DE 2009

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, A PEDIDO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARCOS ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Controle Interno, símbolo Das-2, da Secretaria das Cidades, com efeitos a partir de 03 de Março de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

LUCIANA PORTELA CAVALCANTE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Controle Interno, símbolo Das-2, da Secretaria das Cidades, com efeitos a partir de 03 de Março de 2009.

SECRETARIA DE SAÚDE DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2009

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**